



## **DECRETO Nº 20533**

De 16 de dezembro de 1998

**Dispõe Sobre: "Aprova o Regulamento Disciplinar Interno da Guarda Civil Municipal".**

**O Cidadão JOVINO CÂNDIDO DA SILVA, PREFEITO EM EXERCÍCIO, NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS,** no uso das atribuições legais e considerando o que consta do processo administrativo nº 47.714/97,

### **DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica aprovado o Regulamento Disciplinar Interno da Guarda Civil Municipal.

**Artigo 2º** - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Guarulhos, 16 de dezembro de 1998.

**JOVINO CÂNDIDO DA SILVA**  
Prefeito Municipal  
em Exercício

**MARIA MARLENE MACHADO**  
Secretária de Assuntos Jurídicos

**ORIDES MARTINS SORRILHA**  
Secretária de Administração

Registrado no Departamento de Relações Administrativas - Secretaria do Governo Municipal da Prefeitura Municipal de Guarulhos e afixado no lugar público de costume aos dezesseis dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito.

**TÂNIA FERNANDES**  
Diretora

Publicado no Jornal Tribuna Paulista em 19 de dezembro de 1998.

# REGULAMENTO DISCIPLINAR INTERNO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE GUARULHOS

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE DISCIPLINA E HIERARQUIA

**Artigo 1º** - Para efeitos do presente regulamento, entende-se por disciplina o voluntário cumprimento dos deveres de cada um dos integrantes da Corporação.

**Parágrafo único** — São manifestações essenciais da disciplina:

**I-** A pronta obediência as ordens superiores;

**II-** A rigorosa observância às prescrições legais e regulamentares;

**III-** A correção de atitudes;

**IV-** A colaboração espontânea, a disciplina coletiva e a eficiência da instituição.

**Artigo 2º** - Entende-se por hierarquia o vínculo que une os integrantes das diversas classes da carreira da Guarda Civil Municipal, subordinando as de uma aos de outra e estabelecendo uma escala pela qual, sob este aspecto, são uns em relação aos outros, superiores e subordinados.

**§ 1º** - São superiores hierárquicos ainda que não pertencentes a nenhuma classe da carreira:

**I-** O Prefeito Municipal;

**II-** O Secretário de Administração;

**III-** O Diretor da Guarda Civil Municipal;

**IV-** O Comandante da Guarda Civil Municipal;

**V-** O SubComandante da Guarda Civil Municipal.

**§ 2º** - A hierarquia confere ao superior o poder de dar ordens, de fiscalizar e de rever decisões em relação ao inferior, a quem ela impõe o dever de obediência.

**§ 3º** - A precedência hierárquica, salvo nos casos de precedência funcional a quem alude o Parágrafo Primeiro deste artigo, é regulada pela classe.

**§ 4º** - Havendo igualdade de classe terá precedência:

**A-** O que tiver concluído o curso ao cargo superior;

**B-** O mais antigo no cargo;

**C-** O que tiver obtido a melhor classificação ao término do estágio probatório.

### CAPÍTULO II

#### DA ESFERA DA AÇÃO DISCIPLINAR

**Artigo 3º** - Estão sujeitos a este regulamento todos os componentes da carreira de Guarda Civil Municipal ainda que trajados civilmente.

**§ 1º** - A carreira a que se refere este artigo compreende as seguintes classes: Guarda Civil Municipal III; Supervisor de Guarda Civil Municipal III.

**§ 2º** - Será usada a expressão "Guarda" para designar de um modo genérico os componentes da carreira.

## CAPÍTULO III

### DA PROIBIÇÃO DO UNIFORME

**Artigo 4º** - O Comandante da Guarda Civil Municipal poderá proibir o uso do uniforme ao guarda que:

I - Estiver disciplinarmente afastado da função, enquanto durar o afastamento;

II- Exercer atividade considerada incompatível com a função de Guarda Civil Municipal;

III- Mostrar-se refratário à disciplina;

IV- For convencido de incontinência pública e escandalosa de vícios de jogos proibidos, de embriaguez habitual, ou de uso de entorpecentes;

V- For considerado por parecer médico passível dessa medida.

**Parágrafo único** — Nos casos constantes do presente artigo o uniforme poderá ser apreendido.

## TÍTULO I

### DAS TRANSGRESSÕES E DAS PENALIDADES DISCIPLINARES

#### CAPÍTULO I

##### DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES

**Artigo 5º** - Transgressão disciplinar é toda violação do dever de guarda e, genericamente, dos preceitos de civildade, de probidade bem como as demais normas morais.

**Artigo 6º** - São transgressões disciplinares:

Todas as ações e omissões especificadas neste título, mas que atentem contra as normas estabelecidas em lei, regras de serviço e ordens prescritas por Superiores Hierárquicos e autoridades competentes, e ainda o pudor do guarda, decoro da classe, preceitos sociais, normas de moral e os preceitos de subordinação.

**Artigo 7º** - As transgressões, segundo sua intensidade, são classificadas em leves, médias e graves.

**Parágrafo único** — Consideram-se:

**A-** Leves, as transgressões disciplinares a que se comina pena de advertência;

**B-** Médias, as transgressões disciplinares a que se comina pena de suspensão;

**C-** Graves, as transgressões disciplinares a que se comina pena de demissão.

**Artigo 8º** - A classificação das transgressões a que se refere o item II do art. 6º, fica a critério da autoridade julgadora, observadas, sempre as circunstâncias atenuantes e agravantes.

#### CAPÍTULO II

##### DAS PENALIDADES

**Artigo 9º** - São penas disciplinares:

I- Advertência verbal;

- II- Advertência escrita;
- III- Suspensão;
- IV- Demissão.

## SEÇÃO I

### DA ADVERTÊNCIA

**Artigo 10** — A pena de advertência será verbal ou escrita e os documentos encaminhados ao órgão do pessoal para o devido registro.

**Artigo 11** — Aplica-se a pena de advertência as seguintes transgressões:

- I- Deixar de apresentar-se ao superior hierárquico, estando de serviço;
- II- Apresentar-se para o serviço com atraso;
- III- Comparecer para o serviço com uniforme diferente daquele que tenha sido designado;
- IV- Deixar de verificar com antecedência necessária a escala de serviço;
- V- Deixar de apresentar-se a sede da Guarda, estando de folga, quando houver iminência ou perturbação da ordem pública;
- VI- Demorar-se na apresentação a superior, quando chamado, ainda que fora das horas de trabalho;
- VII- Apresentar-se nas formaturas diárias ou em público com:
  - A- Costeleta, barba ou cabelos crescidos, bigodes ou unhas desproporcionais;
  - B- O uniforme em desalinho ou desasseado ou portando nos bolsos ou cintos, volumes ou chaveiros que prejudiquem a estética;
  - C- Cestas, sacolas ou volumes avantajados.
- VIII- Receber a arma fechada ou com o cano voltado para sua direção;
- IX- Entregar a arma fechada ou com o cano voltado para o armeiro;
- X- Apontar a arma para alguém a não ser para atirar ou dar voz de prisão, nas condições e limites que a lei impõe;
- XI- Receber a arma antes de se uniformizar e se equipar;
- XII- Entregar a arma depois de se desuniformizar e desequipar;
- XIII- Utilizar-se de veículo oficial sem autorização de quem de direito ou fazê-lo para fins particulares;
- XIV- Usar o aparelho telefônico da Corporação para conversas particulares, sem a devida autorização;
- XV- Permitir o uso de aparelho telefônico da corporação para conversas particulares, sem registrar o número do aparelho chamado;
- XVI- Deixar de comunicar a quem de direito, transgressão disciplinar praticada por elemento da Corporação;
- XVII- Portar ostensivamente arma ou instrumento ofensivo, em público não estando em serviço;
- XVIII- Usar termo descortês para com subordinado, igual ou particular;
- XIX- Procurar resolver assunto referente à disciplina ou ao serviço que escape a sua alçada;
- XX- Usar termos de gíria em comunicação, informação ou atos semelhantes;
- XXI- Deixar de comunicar a superior a execução de ordem dele recebida;

**XXII-** Alegar desconhecimento de ordens publicadas em boletim ou registradas em livro de partes bem como das normas gerais de ação;

**XXIII-** Revelar indiscrição em linguagem falada ou escrita;

**XXIV-** Cantar, assobiar ou fazer ruído em lugar ou ocasião em que seja exigido silêncio;

**XXV-** Portar-se inconvenientemente em solenidades ou reuniões sociais;

**XXVI-** Viajar sentado, estando uniformizado, em veículo de transporte coletivo, estando de pé senhoras idosas ou grávidas, enfermos, pessoas portadoras de defeitos físicos ou com criança no colo;

**XXVII-** Afastar-se do posto de vigilância ou de qualquer lugar em que se deva achar por força de ordem, sem que o perca de vista;

**XXVIII-** Entrar sem necessidade em estabelecimento comercial estando de serviço;

**XXIX-** Deixar de comunicar ao superior imediato, em tempo oportuno:

**A-** As ordens que tiver recebido sobre pessoal e material;

**B-** As ocorrências policiais;

**C-** Estragos ou extravios de qualquer material da Guarda Civil Municipal que tenha sob sua responsabilidade;

**D-** Os recados telefônicos.

**XXX-** Fumar:

**A-** No atendimento de ocorrência, particularmente no transporte de senhoras, crianças e idosos;

**B-** Sem permissão, em presença de superior hierárquico ou autoridade em geral;

**C-** Em lugar em que tal seja vedado.

**XXXI-** Tratar de assuntos particulares durante o serviço, sem a devida autorização;

**XXXII-** Faltar com o devido respeito as autoridades civis, policiais, militares e eclesiásticas;

**XXXIII-** Retirar-se da presença de superior hierárquico, sem pedir a necessária licença;

**XXXIV-** Simular moléstia para obter dispensa do serviço, licença ou qualquer outra vantagem;

**XXXV-** Permitir a presença de pessoa estranha ao serviço em local em que isso seja vedado;

**XXXVI-** Entreter-se ou preocupar-se com atividade estranha ao serviço em local em que isso seja vedado;

**XXXVII-** Ponderar ordem ou orientação de qualquer natureza, utilizando-se do sistema rádio;

**XXXVIII-** Imiscuir-se em assunto que embora seja da Guarda, não seja de sua competência;

**XXXIX-** Interceder pela liberdade de detido, sem que haja motivo de parentesco;

**XL-** Deixar de apresentar-se no tempo determinado:

**A-** A autoridade competente, no caso de requisição para depor ou prestar declarações;

**B-** No local determinado por superior hierárquico, em ordem manifestante legal.

**XLI-** Deixar de fazer continência a superior hierárquico ou prestar-lhe os sinais de consideração e respeito;

**XLII-** Deixar de corresponder o cumprimento de subordinado seu;

desrespeitoso;  
XLIII- Dirigir-se ou referir-se a superior de modo inadequado ou  
confiado;  
XLIV- Não ter o devido zelo com qualquer material que lhe esteja  
intermédio daquele a que estiver imediatamente subordinado;  
XLV- Dirigir-se verbalmente ou por escrito a órgão superior sem ser por  
XLVI- Criticar ato praticado por superior hierárquico;  
XLVII- Assumir o serviço com atraso;  
XLVIII- Queixar-se ou representar sem observar as prescrições  
regulamentares;  
XLIX- Faltar ao serviço sem justa causa;  
L- Deixar de punir o transgressor da disciplina;  
LI- Estacionar ou parar a viatura sem acusar o QRS e QTR, (leitura do  
odometro e motivo);  
LII- Sentar-se, estando de serviço, salvo quando pela sua natureza e  
circunstância seja admissível;  
LIII- Usar equipamento ou uniforme que não seja regulamentar;  
LIV- Omitir ou retardar a comunicação de mudança de residência;  
LV- Usar no uniforme insígnias de sociedade particular, associação  
religiosa, política, esportiva ou quaisquer outras não regulamentadas;  
LVI- Retirar, sem permissão, documento, livro ou objeto existente na  
repartição ou local de trabalho;  
LVII- Perambular ou permanecer uniformizado e de folga em  
logradouros públicos;  
LVIII- Sobrepor interesses particulares aos da Corporação;  
LIX- Deixar de observar os limites de velocidades das viaturas, quando  
não caracterizar direção perigosa;  
LX- Deixar de manter em dia os seus assentamentos e o de sua família  
junto ao Órgão do Pessoal da Corporação;  
LXI- Contrariar as regras de trânsito de veículos e de pedestres sem  
absoluta necessidade do serviço;  
LXII- Deixar de atender a reclamação justa de subordinado ou impedí-  
lo de recorrer à autoridade superior, sempre que a intervenção desta, se torne  
indispensável;  
LXIII- Deixar, como guarda, de prestar as informações que lhe  
competirem;  
LXIV- Dar a superior, tratamento íntimo verbalmente ou por escrito;  
LXV- Atrasar sem motivo justificável:  
A- A entrega de objetos achados ou apreendidos;  
B- A prestação de contas de pagamento;  
C- O encaminhamento de informações, comunicações e de  
documentos.  
**Parágrafo único** - Na reincidência em transgressão prevista neste  
artigo, aplica-se à pena de suspensão.

## SEÇÃO II

### DA SUSPENSÃO

**Artigo 12** — As transgressões a que se comina pena de suspensão  
enumeram-se na ordem progressiva de sua gravidade.

Nas transgressões deste artigo aplicar-se-á o disposto no item III do artigo 9º deste regulamento:

**§ 1º** - São transgressões sujeitas a suspensão:

**I-** Deixar de assumir a responsabilidade de seus atos ou dos subordinados que agirem em cumprimento de ordens suas;

**II-** Dirigir veículos imprudentemente;

**III-** Revelar falta de compostura por atitudes ou gestos, estando uniformizado;

**IV-** Esquivar-se de satisfazer compromisso pecuniário ou de ordem moral;

**V-** Assumir compromisso superior às suas posses, vindo a causar aborrecimentos à administração;

**VI-** Entrar uniformizado, não estando a serviço, em:

**A-** Boates ou casas semelhantes;

**B-** Casas de Prostituição;

**C-** Bares suspeitos;

**D-** Clubes de carteados;

**E-** Salões de bilhar e de jogos semelhantes;

**F-** Locais em que se localizem corridas de cavalos;

**G-** Outros locais que, pela localização, freqüência, finalidades ou praticas habituais, possam comprometer a austeridade e o bem da classe.

**VII-** Deixar de revistar pessoas que haja detido imediatamente após a detenção ou prisão;

**VIII-** Infligir maus tratos a seus familiares ou as pessoas sob sua custódia;

**IX-** Resolver assunto referente ao serviço policial ou a disciplina que escape a sua alçada;

**X-** Afastar-se do posto de vigilância ou qualquer lugar em que se deva achar por força de ordem de modo a perdê-lo de vista;

**XI-** Deixar de comunicar ao Comando, falta grave ou crime que tenha tomado conhecimento;

**XII-** Deixar de prestar auxílio que estiver a seu alcance à manutenção ou o restabelecimento da ordem pública;

**XIII-** Apropriar-se de material da Corporação para uso particular;

**XIV-** Ingerir bebida alcoólica estando uniformizado;

**XV-** Introduzir ou tentar introduzir bebida alcoólica em dependências da Corporação ou em repartição pública;

**XVI-** Induzir superior a erro ou engano, mediante informações inexatas;

**XVII-** Negar-se a receber peças de uniforme e/ou objeto que lhe sejam destinados regularmente ou que devam ficar em seu poder;

**XVIII-** Permutar serviço sem permissão;

**XIX-** Solicitar a interferência de pessoas estranhas a Guarda Civil Municipal, a fim de obter, para si ou outrem, qualquer vantagem ou benefício;

**XX-** Trabalhar mal intencionalmente ;

**XXI -** Faltar com a verdade;

**XXII-** Apresentar comunicação, representação ou queixa destituída de fundamento;

**XXIII-** Concorrer para discórdia ou desavença entre os componentes da Corporação;

**XXIV-** Usar de sua arma sem necessidade;

**XXV-** Dirigir veículo sem estar habilitado;

- XXVI-** Fornecer notícia à imprensa sobre serviço policial que atender ou de que tenha conhecimento, salvo se autorizado;
- XXVII-** Deixar de comunicar a superior ou autoridade competente qualquer informação que tiver sobre perturbação da ordem pública;
- XXVIII-** Provocar, tomar parte ou aceitar discussão acerca de política partidária, religião ou esporte, estando uniformizado;
- XXIX-** Divulgar decisão, despacho, ordem e informação, antes de publicados;
- XXX-** Aconselhar para que não seja cumprida ordem legal ou seja retardada a sua execução;
- XXXI-** Ofender colegas com palavras ou gestos;
- XXXII-** Exercer atividade incompatível com a função de Guarda Civil Municipal;
- XXXIII-** Valer-se de sua qualidade de Guarda Civil Municipal para perseguir desafeto;
- XXXIV -** Perambular ou permanecer em logradouros públicos de zona suspeita ou de má freqüência estando uniformizado;
- XXXV-** Apresentar-se uniformizado, quando proibido;
- XXXVI-** Deixar de fazer entrega à autoridade competente dentro do prazo de doze horas, objeto achado ou que lhe venha às mãos em razão de suas funções;
- XXXVII-** Procurar a parte interessada no caso de furto ou de objetos achados, mantendo com a mesma entendimentos que ponham em dúvida a sua honestidade funcional;
- XXXVIII-** Emprestar às pessoas estranhas à Guarda Civil Municipal, distintivo, peça de uniforme, equipamento ou qualquer material pertencente à Corporação, sem permissão de quem de direito;
- XXXIX-** Deixar abandonado Posto de Vigilância ou Setor de Patrulhamento, seja por não assumi-lo, seja por abandoná-lo, mesmo temporariamente;
- XL-** Dormir durante as horas de trabalho;
- XLI-** Espalhar notícias falsas em prejuízo da ordem, da disciplina ou do bom nome da Corporação;
- XLII-** Faltar com a verdade acarretando danos;
- XLIII-** Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, civilmente trajado;
- XLIV-** Manter relações de amizade com pessoas notoriamente suspeitas ou de baixa reputação, que venha o público fazer juízo temerário da Corporação;
- XLV -** Ofender, com gestos ou palavras, a moral e os bons costumes;
- XLVI-** Usar de linguagem ofensiva ou injuriosa em requerimento, comunicação, informação ou ato semelhante;
- XLVII-** Praticar, na vida privada, qualquer ato que provoque escândalo público;
- XLVIII-** Deixar que se extravie, deteriore ou estrague material da Guarda Civil Municipal, sob sua guarda ou responsabilidade direta;
- XLIX-** Fazer propaganda político-partidária em dependência da Guarda Civil Municipal;
- L-** Utilizar-se do anonimato;
- LI-** Soltar preso ou detido, sem ordem da autoridade competente;
- LII-** Entrar ou permanecer em comitê político, comícios, estando uniformizado;
- LIII-** Deixar com pessoas estranhas à Corporação a carteira funcional;



**LIV-** Introduzir ou distribuir, ou tentar fazê-lo, em dependência da Guarda Civil Municipal, ou em lugar público, estampas, publicações ou jornais subversivos ou que atentem contra a disciplina ou a moral;

**LV-** Dar, alugar, penhorar ou vender peças do uniforme ou do equipamento, novas ou usadas;

**LVI-** Ofender subordinado com palavras ou gestos;

**LVII-** Deixar de providenciar para que seja garantida a integridade física das pessoas que prender ou deter;

**LVIII-** Promover desordem;

**LIX-** Subtrair em benefício próprio ou de outrem, documento de interesse da administração;

**LX-** Ofender superior hierárquico com palavras ou gestos;

**LXI-** Tomar parte em reunião preparatória de greve;

**LXII-** Agredir companheiro de igual classe;

**LXIII-** Recusar-se a auxiliar as autoridades públicas ou seus agentes que estejam no exercício de suas funções e que, em virtude destas, necessitem de seu auxílio;

**LXIV-** Recusar-se obstinadamente a cumprir ordem legal dada por autoridade competente;

**LXV-** Censurar, pela imprensa ou por outro qualquer meio de comunicação, as autoridades constituídas, superior hierárquico ou criticar ato da administração pública;

**LXVI-** Agredir subordinado;

**LXVII-** Deixar de atender pedido de socorro;

**LXVIII-** Omitir-se em atender ocorrência com auto grau de risco;

**LXIX-** Praticar violência no exercício da função;

**LXX-** Praticar atos obscenos em lugar público ou acessível ao público;

**LXXI-** Pedir ou aceitar por empréstimo, dinheiro ou outro qualquer valor

a pessoa que;

**A-** Trate de interesse na repartição;

**B-** Esteja sujeito a sua fiscalização;

**LXXII-** Evadir-se da escolta da Corporação ou contra ela resistir passivamente;

**LXXIII-** Promover desordem em recinto em que se encontre detido;

**LXXIV-** Apresentar-se publicamente em visível estado de embriaguez, estando uniformizado;

**LXXV-** Ameaçar por palavras ou gestos, direta ou indiretamente, superior hierárquico;

**LXXVI-** Tomar parte em reunião preparatória de agitação social;

**LXXVII-** Adulterar qualquer espécie de documento em proveito próprio ou alheio;

**LXXVIII-** Valer-se da qualidade de guarda para lograr, direta ou indiretamente qualquer proveito ilícito;

**LXXIX-** Resistir a escolta da Corporação;

**LXXX-** Aliciar, ameaçar ou coagir parte, testemunha ou perito que funcione em processo administrativo ou judicial; havendo reincidência em transgressão prevista neste artigo, o Sr. Chefe do Executivo, determinará a abertura de sindicância para fins de demissão.

### **SEÇÃO III DA DEMISSÃO**

**Artigo 13** — A pena de demissão será aplicada ao guarda nos casos de:

- I-** Infringir o disposto do artigo 482 da C.L.T.;
- II-** Acumulação proibida de cargo ou função pública;
- III-** Não preenchimento de qualquer dos requisitos exigidos durante o estágio probatório;
- IV-** Sair o guarda estagiário do bom comportamento, durante o período do estágio probatório;
- V-** Ingressar o guarda no mau comportamento, antes de completar dois anos de serviço;
- VI-** Não melhorar a conduta, no espaço de dois anos, o guarda com mais de dois anos de serviço que esteja no mau comportamento;
- VII-** Praticar crime contra a administração pública e fé pública ou previsto nas leis relativas a segurança e a defesa nacional;
- VIII-** Lesar os cofres públicos ou dilapidar o patrimônio público;
- IX-** Receber ou solicitar propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie;
- X-** Exercer advocacia administrativa;
- XI-** Trazer consigo ou usar entorpecentes;
- XII-** Introduzir entorpecentes em dependências da Guarda Civil Municipal ou em outras repartições, ou facilitar a sua introdução;
- XIII-** Praticar irregularidade de natureza grave;
- XIV-** Prestar declarações falsas, a fim de obter vantagem econômica para si ou para outrem;
- XV-** Utilizar o cargo ou função para obter vantagem ilícita para si ou para outrem.

### **CAPÍTULO III DAS PRESCRIÇÕES DE PENALIDADE**

**Artigo 14** — As transgressões disciplinares dos Guardas prescreverão:

- I-** Em dois anos, as sujeitas a pena de advertência ou suspensão;
- II-** Em quatro anos, as sujeitas a pena de demissão.

**Parágrafo único** — A transgressão disciplinar também prevista como crime da lei penal, prescreverá juntamente com este.

### **CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DA APLICAÇÃO DAS PENAS**

**Artigo 15** — Cabe ao Chefe do Executivo a aplicação das penas previstas neste regulamento.

**Parágrafo único** — As penas prevista nos itens I, II e III, artigo 9º deste regulamento, poderão ser aplicadas pelo Comandante ratificadas pelo Diretor da Guarda Civil Municipal.

## **CAPÍTULO V DA APLICAÇÃO DA PENA**

**Artigo 16** - Na aplicação da pena serão mencionadas:

**I-** A autoridade que aplica a pena;

**II-** A competência legal para sua aplicação;

**III-** A transgressão cometida, em termos precisos e sintéticos;

**IV-** A natureza da pena e o número de dias, quando se tratar de suspensão;

**V-** O nome do guarda e seu cargo;

**VI-** O texto do regulamento em que incidiu o transgressor;

**VII-** As circunstâncias atenuantes e agravantes, se as houve, com indicação dos respectivos números, parágrafos e artigos;

**VIII-** A categoria de comportamento em que ingressa ou permanece o transgressor.

**Artigo 17** — A imposição, cancelamento ou anulação da pena deverão ser obrigatoriamente lançados no prontuário do guarda.

**Artigo 18** — Não poderá ser imposta mais de uma pena para cada infração disciplinar.

**Artigo 19** — O Prefeito Municipal poderá aplicar a penalidade pelo critério da verdade sabida nos casos em que o guarda for apanhado em flagrante por superior hierárquico na prática de transgressão disciplinar.

**Parágrafo único** — Nenhuma penalidade, entretanto, será aplicada sem que o agressor seja ouvido, salvo caso de revelia.

**Artigo 20** — Na ocorrência de várias transgressões, sem conexão entre si, a cada uma será aplicada a pena correspondente. Quando forem aplicadas simultaneamente, as de menor influência disciplinar serão consideradas circunstâncias agravantes da mais grave.

## **CAPÍTULO VI DO CUMPRIMENTO DAS PENAS**

**Artigo 21** — As penas aplicadas serão cumpridas a partir da data estipulada por quem aplicou a pena.

**§ 1º** - Encontrando-se o punido suspenso, a pena será cumprida após se concluir a anterior.

**§ 2º** - Encontrando-se o punido afastado legalmente, a pena será cumprida a partir da data em que tiver de reassumir.

## **TÍTULO II DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS QUE INFLUEM NO JULGAMENTO**

**Artigo 22** - Influem no julgamento da transgressão:

**I** - As causas de justificações, a saber:

**1-** Ignorância plenamente comprovada, quando não atente contra os sentimentos normais do dever policial, humanidade e probidade;

**2-** Motivo de força maior plenamente comprovado e justificado;

**3-** Ter sido cometida a transgressão na prática de ação meritória, no interesse do serviço;

4- Ter sido cometida a transgressão em legítima defesa, própria ou de outrem;

5- Ter sido cometida a transgressão em obediência a ordem superior, não manifestamente ilegal;

6- Uso imperativo de meio violento, a fim de compelir o subordinado a cumprir rigorosamente seu dever no caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública, manutenção da ordem e da disciplina.

II- As circunstâncias agravantes, a saber:

1- Mau comportamento;

2- Prática simultânea de duas ou mais transgressões;

3- Conluio de duas ou mais pessoas;

4- Ser praticada a transgressão durante a execução do serviço;

5- Ser praticada a transgressão em presença de subordinado;

6- Ter abusado o transgressor de sua autoridade hierárquica ou funcional;

7- Ter sido praticada a transgressão premeditadamente;

8- Ter sido praticada a transgressão em presença de formatura ou em público.

**Parágrafo único** — Quando ocorrer qualquer das causas de justificativas, não haverá punição.

**Artigo 23** — A falta, de acordo com as circunstâncias atenuantes e agravantes, será considerada de:

I- Grau mínimo, quando houver somente circunstância(s) atenuante(s);

II- Grau sub médio se, havendo atenuante(s) e agravante(s), exercem aquelas preponderâncias sobre estas;

III- Grau médio, se havendo atenuante(s) e agravante(s), elas se equilibrarem;

IV- Grau sub máximo, se havendo atenuante(s) e agravante(s), exercem estas preponderâncias sobre aquelas;

V- Grau máximo, quando houver somente circunstância(s) agravante(s).

### **TÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO**

**Artigo 24** — Considera-se de:

I- Bom comportamento, o guarda que no período de dois anos, haja sido punido até o limite de uma advertência;

II- Ótimo comportamento, o guarda que no período de três anos, haja sofrido apenas uma advertência;

III- Excepcional comportamento, o guarda que no período de seis anos, não haja sofrido nenhuma penalidade;

IV- Regular comportamento, o guarda que no período de um ano, haja sofrido suspensão que somadas não ultrapassem o total de doze dias;

V- Mau comportamento, o guarda que no período de um ano, haja sofrido suspensão que somadas ultrapassem o total de doze dias.

**Parágrafo único** — Bastará uma advertência, além dos limites acima estabelecidos, para alterar a categoria de comportamento.

**Artigo 25** — Para efeito de comportamento, as penas são conversíveis uma as outras, da seguinte forma: duas advertências em um dia de suspensão.

**Artigo 26** — A melhoria de comportamento faz-se automaticamente de acordo com os prazos estabelecidos neste título.

**Artigo 27** — A contagem do prazo para melhoria de conduta deve ser iniciada a partir da data em que se terminou efetivamente o cumprimento da pena.

**Artigo 28** — Todo indivíduo ao ser admitido na Corporação ingressará no bom comportamento.

**Artigo 29** — As licenças, hospitalização ou qualquer afastamento do exercício por prazo superior a trinta dias consecutivos ou interpolados, não entrarão no cômputo dos períodos de que trata o artigo 24.

## **TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 30** - É da competência do Comandante da Guarda Civil Municipal, mandar apurar transgressão disciplinar ou irregularidade em serviço público atribuído aos seus subordinados.

**Artigo 31** — Não caberá demissão a pedido se o guarda estiver respondendo processo, sindicância ou cumprindo pena.

**Artigo 32** — Todo processo deverá ser concluído e a pena lançada para fins de assentamento.

**Artigo 33** — Subsidiariamente aplicar-se-ão ao processo administrativo as normas do Código de Processo Penal.

**Artigo 34** — O Processo Administrativo ou a Sindicância será iniciada com a portaria baixada pelo Senhor Prefeito, juntamente com as demais peças e autos, devendo ser concluído no prazo máximo de sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.

**Artigo 35** — O Processo Administrativo será realizado por uma comissão composta por dois superiores ligados à administração da Guarda, a nível de Supervisor de Guarda Civil, um representante do setor jurídico da Prefeitura, Bacharel em Direito e uma Secretária.

**Artigo 36** — No caso em que uma pessoa estranha ao serviço público se recuse depor perante a comissão, o presidente solicitará a autoridade policial a fim de ser ouvida na polícia a testemunha.

**Artigo 37** — O acusado tem o direito de, pessoalmente ou acompanhado de advogado, assistir todos os atos processuais que se realizarem perante a comissão processante.

**Artigo 38** — Concluída a sindicância, o acusado será notificado e deverá apresentar sua defesa no prazo máximo de dez dias.

**Artigo 39** — Encaminhados os autos, com o parecer da comissão, terá o Chefe do Executivo quinze dias para a decisão.

## **TÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO E DOS RECURSOS DISCIPLINARES**

### **CAPÍTULO I DA PARTE**

**Artigo 40** — Entende-se por parte disciplinar o documento pelo qual o superior participa transgressão de subordinado.

**§ 1º** - A parte deverá ser sempre dirigida ao chefe imediato de quem participa a transgressão o qual encaminhará ao chefe imediato do transgressor, se for o caso.

**§ 2º** - Caberá ao chefe imediato do transgressor ouvi-lo e transcrever suas alegações, encaminhando os documentos a quem de direito.

**§ 3º** - A decisão final de uma parte competirá exclusivamente às autoridades competentes para aplicar a penalidade.

**Artigo 41** — A parte de transgressão somente poderá ser elaborada por superior hierárquico.

**Parágrafo único** — Os demais integrantes do círculo de guardas farão relatórios ou comunicarão verbalmente aos seus superiores o que presenciaram, competindo a este efetuar a devida comunicação do fato.

## **CAPÍTULO II DA REVISÃO**

**Artigo 42** — Somente se admitirá revisão do processo quando:

I- A pena for contrária a lei vigente no tempo que foi proferida;

II- A pena que tiver como fundamento depoimento(s) manifestamente falso(s);

III- No processo houver sido preterida formalidade substancial com evidentes prejuízos da defesa;

IV- A pena que for aplicada contrariar a evidência dos autos;

V- Após cumprimento da pena se descobrirem novas e irrecusáveis provas de inocência do acusado.

**Artigo 43** — O reconhecimento da injustiça de uma pena disciplinar isentará o punido dos efeitos da nota respectiva.

**Parágrafo único** — Em tal caso cumprirá ao Chefe do Executivo anulá-la ou quem a tiver imposta.

**Artigo 44** - O prazo para que o acusado apresente seu pedido de revisão independentemente da pena aplicada será:

**A-** De trinta dias nos casos de sindicância ou processo;

**B-** De quinze dias nos demais casos.